

# A Resiliência da Comunidade Quilombola Apepu em Zona Fronteiriça

*Ana Caroline Alves da Cunha Dozzo<sup>1</sup>*

*Marcia Dahmer de Moraes<sup>2</sup>*

**Resumo:** A história das comunidades quilombolas no Brasil é marcada pela resistência e pela preservação de identidades culturais únicas. A comunidade quilombola Apepu, localizada em São Miguel do Iguazu, próximo ao Parque Nacional do Iguazu e na fronteira com a Argentina, exemplifica essa resiliência. Descendentes de africanos escravizados, os quilombolas de Apepu enfrentam desafios socioeconômicos significativos, incluindo o acesso limitado a serviços essenciais. No entanto, mantêm vivas suas práticas tradicionais de cultivo, artesanato e música. Este artigo visa investigar como a comunidade Apepu mantém sua identidade cultural, estratégias de resistência e a importância da sustentabilidade para a comunidade, enquanto enfrenta essas adversidades. Além de explorar os aspectos culturais e desafios enfrentados pela comunidade, o estudo destaca a importância de políticas públicas inclusivas para garantir reconhecimento e apoio, contribuindo para uma compreensão mais ampla da diversidade cultural brasileira e das realidades específicas dessas comunidades. Reconhece-se não apenas sua história de resistência, mas também seu papel vital na construção de um Brasil mais inclusivo e justo.

**Palavras-chave:** Quilombola. Resiliência. Fronteira. Sustentabilidade.

---

<sup>1</sup> Licenciatura em História pela Universidade Cesumar. Licenciatura em Artes Visuais pela Universidade Cesumar. Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Cesumar. Professora de História e Arte pela Secretaria do Estado da Educação. E-mail: anacarolinedozzo@hotmail.com

<sup>2</sup> Licenciatura em Matemática pela Uniguaçu Faesi (Faculdade de Ensino Superior de São Miguel do Iguazu), Licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade Cruzeiro do Sul. Mestra em Ensino - PPGEn pela Unioeste (Universidade Estadual do Oeste do Paraná). Professora de Ciências e Matemática pela Secretaria do Estado da Educação. E-mail: dahmerdemoraes@gmail.com

# The Resilience of Quilombola Community Apepu in the Border Zone

**Abstract:** The history of the Quilombola Communities in Brazil is marked by the resistance and preservation of the unique cultural identities. The Quilombola Community Apepu, located in São Miguel do Iguaçu, near to the Iguassu National Park and to the border with Argentina, illustrates this resilience. Enslaved African descendants, the Apepu Quilombolas face significant socioeconomics challenges, including the limited access to essential services. However, they maintain alive their culture, handicraft and music traditional practices. This article aims to investigate how the Apepu Community preserves its cultural identity, resistance strategies and the sustainability importance to the community while deal with these adversities. In addition to explore the cultural aspects and challenges confronted by the Community, this study highlights the importance of inclusive public policies to guarantee the appreciation and support, contributing to a wider comprehension of Brazilian cultural diversity and to the specific realities of these communities. It recognizes not only its resistance history, but also its vital role in the construction of a more inclusive and fairer Brazil.

**Keywords:** Quilombola. Resilience. Border. Sustainability.

## Introdução

A resiliência das comunidades quilombolas em áreas fronteiriças representa não apenas um campo de estudo acadêmico, mas uma investigação profunda sobre a persistência histórica, cultural e social desses grupos no Brasil contemporâneo. Este artigo concentra-se na comunidade quilombola Apepu, localizada em São Miguel do Iguaçu, próximo ao Parque Nacional do Iguaçu e à fronteira com a Argentina. Esta comunidade é habitada por descendentes diretos de africanos escravizados que, ao longo dos séculos, conseguiram estabelecer e manter uma identidade cultural única e resiliente.

Historicamente, as comunidades quilombolas surgiram como formas de resistência à escravidão, onde os africanos escravizados

buscavam refúgio e liberdade. Apepu não é exceção, tendo sua origem nas primeiras décadas do século XX, quando afrodescendentes migraram para a região, encontrando nas matas e margens dos rios um ambiente propício para se estabelecerem. A trajetória da comunidade Apepu é um testemunho vivo da luta por reconhecimento e preservação cultural, enfrentando desafios como o acesso limitado a serviços básicos.

A trajetória de Apepu é marcada pela resiliência diante de adversidades históricas e contemporâneas. Através da preservação de práticas tradicionais de cultivo, artesanato e música, a comunidade não apenas mantém viva sua rica identidade cultural, mas também se posiciona como guardião de um legado ancestral. Em um contexto de fronteira, essas comunidades encontram-se frequentemente isoladas geograficamente, o que pode tanto proteger quanto limitar suas oportunidades de desenvolvimento socioeconômico.

A legislação brasileira reconheceu as comunidades quilombolas apenas recentemente, em 1988, e o processo de titulação de terras quilombolas ainda é um desafio contínuo. Em zonas fronteiriças, questões legais como as relacionadas à faixa de fronteira complicam ainda mais a garantia dos direitos territoriais dessas comunidades.

A pesquisa visa investigar como a comunidade quilombola Apepu mantém sua identidade cultural e estratégias de resistência, enfrentando desafios como acesso limitado a serviços básicos. O objetivo é destacar a importância de políticas públicas inclusivas para garantir o reconhecimento e apoio necessários, contribuindo para uma compreensão mais ampla da diversidade cultural brasileira e das realidades específicas dessas comunidades.

O estudo é de caráter qualitativo e exploratório, utilizando a abordagem metodológica de coletas de dados através de entrevistas, observações e análises documentais, visando compreender profundamente as dinâmicas internas e os desafios enfrentados pela comunidade quilombola Apepu.

## **A Trajetória dos Quilombos no Brasil: Resistência, Reconhecimento e Identidade**

A história das comunidades quilombolas no Brasil é uma narrativa de resistência, resiliência e identidade. Essas comunidades, formadas por descendentes de africanos escravizados que fugiram das senzalas e se estabeleceram em territórios próprios, desempenham um papel fundamental na construção da diversidade cultural e social do país. No entanto, muitas vezes, suas vozes e histórias são encontradas à margem da história oficial, relegadas à sombra do desconhecimento ou do esquecimento.

Entre os séculos XVII e XIX, o estado do Paraná recebeu um contingente significativo de escravos africanos, que foram trazidos à força para trabalhar nas plantações, lavouras e construções locais. Esses escravos, submetidos a condições desumanas durante a travessia do Atlântico em navios negreiros, e posteriormente nas fazendas e minas, desempenharam um papel crucial no desenvolvimento econômico da região. A presença africana não só impulsionou a economia paranaense, mas também deixou um legado cultural profundo e duradouro, que se manifesta na música, na culinária, nas religiões e em outras tradições culturais locais. Desta forma Mezzomo e Semprebom (2013) dialogam ainda sobre o fato de que entre os séculos XVII e XIX, o Paraná atraiu e absorveu uma parte significativa da mão de obra e da cultura de grupos humanos que, na condição de escravos, foram traficados do continente africano. Conduzidos para a América sob extrema violência e em precárias condições de sobrevivência nos porões de navios negreiros, esses africanos constituíram uma das principais forças produtivas do estado paranaense desde o século XVIII.

Os quilombos fazem parte de uma época triste da história do Brasil, e a escravidão deixou profundas marcas no país, as comunidades quilombolas foram reconhecidas oficialmente pelo estado brasileiro somente no ano 1988, principalmente pelo reconhecimento territorial por meio do artigo 68 de acordo com o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, Constituição Federal “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir os títulos respectivos.” (Brasil, 1988).

Em 1740, foi estabelecida a primeira definição oficial brasileira de quilombo e foi definido como sendo “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele” (Almeida, 2002, p. 47), isto é, expressava a importância de viver em áreas remotas para identificar os

quilombolas, junto com uma noção de enfrentamento contra a opressão enfrentada pelos negros escravizados.

Destaco que, acordo com Freitas (2011), a palavra “quilombo”, que em sua etimologia bantu quer dizer acampamento guerreiro na floresta, foi popularizada no Brasil pela administração colonial, em suas leis, relatórios, atos e decretos, para se referir às unidades de apoio mútuo criadas pelos rebeldes ao sistema escravista e às suas reações, organizações e lutas pelo fim da escravidão no País.

Os autores ainda destacam a importância que esta palavra tem para os libertos, por sua trajetória, suas conquistas e principalmente a liberdade, e quando se fala em quilombo, conseqüentemente é imaginável um local que seja habitado por negros que por muito tempo, buscou sua liberdade através de batalhas sangrentas e de fuga, para continuar suas lutas em outras frentes. As senzalas sempre foram lugar, espaços de organização de luta e políticas, pois fugir dos que os aprisionaram e os exploraram sem dúvidas foi uma das maiores formas de resistir ao sistema escravista e assim alcançar a liberdade.

Para Silva (2018), o comércio europeu de negros teve início muito antes da descoberta do Brasil, eram usados e comercializados como uma espécie de subproduto da exploração nos mares da costa ocidental africana. Nesta época iniciou-se também a colonização das ilhas atlânticas descobertas por Portugal, utilizado no Brasil o modelo parecido com o aplicado nas Ilhas da Madeira e dos Açores, conjugando monocultura açucareira e mão de obra escrava. Desta forma os quilombos, além de serem locais de refúgio na época da escravidão, também se tornaram uma forma de resistência de parte da população que até então era escravizada, que, mesmo depois de libertos, não tinham acesso a políticas públicas de assistência.

Segundo Pires (2017), os primeiros territórios quilombolas que foram reconhecidos no estado do Paraná foram Sutil e Santa Cruz localizados em Ponta Grossa, além dos quilombos Água Morna e Guajuvira localizados em Curiúva e João Surá localizado em Adrianópolis, acontecido no dia 19 de agosto de 2005. Já o quilombo Apepu, em São Miguel do Iguçu, foi certificado pela Fundação Palmares em dezembro de 2006. Segundo a Fundação Cultural Palmares, atualmente no estado do Paraná são reconhecidas 38 comunidades quilombolas, conforme informações coletadas e demonstradas na Tabela 01.

Tabela 01: Certificação Quilombola

<b>Município</b>	<b>Comunidade</b>	<b>Ano da Certificação</b>
Castro	Serra Do Apon, Limitão E Mamans	2005
Ponta Grossa	Santa Cruz	2005
Ponta Grossa	Sutil	2005
Curiúva	Água Morna	2005
Curiúva	Guajuvira	2005
Adrianópolis	João Surá	2005
Adrianópolis	Sete Barras	2006
Adrianópolis	Córrego Das Moças	2006
Pinhão   Guarapuava   Reserva Do Iguaçu	Invernada Paiol De Telha	2004
Adrianópolis	Porto Velho	2006
Doutor Ulysses	Varzeão	2006
Campo Largo	Palmital Dos Pretos	2006
Guaiá	Manoel Ciriáco Dos Santos	2006
Candói	Despraiado	2006
Turvo	Campina Dos Morenos	2006
Candói	Vila São Tomé	2006
Candói	Cavernoso 1	2006
São Miguel Do Iguaçu	Apepú	2006
Adrianópolis	São João	2006
Adrianópolis	Estreitinho	2006
Adrianópolis	Bairro Três Canais	2006
Bocaiúva Do Sul	Areia Branca	2006
Guaraqueçaba	Batuva	2006
Guaraqueçaba	Rio Verde	2006
Adrianópolis	Praia Do Peixe	2006
Castro	Tronco	2006
Adrianópolis	Bairro Córrego Do Franco	2006
Lapa	Feixo	2006
Lapa	Restinga	2006
Lapa	Vila Esperança De Mariental	2006
Palmas	Adelaide Maria Trindade Batista	2007
Palmas	Castorina Maria Da Conceição	2007
Ivaí	Rio Do Meio	2007
Ivaí	São Roque	2007
Palmas	Tobias Ferreira	2013
Arapoti	Família Xavier	2018

Doutor Ulysses	Gramadinhos	2023
Uraí	Casa Da Quimbanda	2023

Fonte: Adaptada do site <https://www.gov.br/pt-br>

As comunidades quilombolas em zonas fronteiriças frequentemente se encontram em áreas remotas e de difícil acesso, situadas próximas a fronteiras internacionais. Essa localização geográfica pode ser tanto uma bênção quanto uma maldição, oferecendo isolamento relativo que preserva tradições culturais, mas também limitando o acesso a serviços básicos e oportunidades econômicas.

A legislação que regulamentava a zona de Faixa de Fronteiras foi alterada pela primeira vez com a Constituição de 1934, dentro do contexto do interesse do Governo de Getúlio Vargas em expandir a ocupação agrícola a Oeste do território brasileiro. Em seu Artigo 166, definiu que essa área tornar-se-ia de exceção de poderes de cunho federal e sua extensão passaria para 100 km (cem quilômetros) ao longo das fronteiras. A partir desse momento, qualquer ação ou concessão de terras deveria ter anuência do Conselho Superior da Segurança Nacional, que privilegiava investimentos da iniciativa privada de capital nacional, bem como priorizava o acesso ao trabalho a brasileiros. Dessa forma, a zona compreendida até 100 km da fronteira, as devolutas poderiam ser concedidas pelo Estado do Paraná, mediante o aval do Conselho Superior da Segurança Nacional, mas o domínio continuava sendo da União, por força da segurança nacional e sanitária. Novamente, houve alteração da Faixa de Fronteira, agora pela Constituição de 1937, fixando a extensão em 150 quilômetros, agora no contexto em que o Governo Vargas debatia sobre implantação de Territórios Nacionais, cuja intenção, no Sul era criar o Território do Iguçu. Essa Constituição manteve, praticamente, todas as regras para o uso da terra e ratificou os poderes do Conselho Superior da Segurança Nacional. A Constituição de 1946 e demais constituições até a atual não mais alteraram a extensão da Faixa de Fronteiras, permanecendo em 150 km. Essa explanação sobre a “Faixa de Fronteira” faz sentido, pois muitas terras na região Oeste paranaense, dentro desse limite, como a Gleba Santa Maria, foram destinadas a pagamento pela construção de estradas de ferro. Portanto, o carácter

oficial de domínio da terra, onde surgiria o Quilombo APEPU, sob aspecto legal, tratava-se de terra localizada dentro dos 66 km da Faixa de Fronteira e deveria ser um patrimônio da União, ou seja, o título dessa terra teria que ser de propriedade Federal em sua origem. Mas, para chegar nesse entendimento, teve que ter a interpretação e a decisão do Supremo Tribunal Federal. (Colombo, 2021, p. 224-225).

A citação explora como a Faixa de Fronteira no Brasil foi moldada ao longo do tempo, especialmente sob as constituições de 1934 e 1937 durante o governo de Getúlio Vargas. A ampliação da faixa de 100 km para 150 km ao longo das fronteiras ocorreu em um período em que Vargas discutia a criação de Territórios Nacionais, como o Território do Iguçu, localizado no Sul do país. Sob o aspecto legal, as terras dentro dessa faixa, incluindo o futuro Quilombo Apepu, eram consideradas propriedade federal, sujeitas à decisão do Supremo Tribunal Federal quanto à sua titularidade.

## **Apepu: Resiliência e Identidade em uma Comunidade Quilombola na Fronteira**

O estudo concentra-se na comunidade quilombola Apepu localizado a 26 km da sede do município de São Miguel do Iguçu no Oeste do Paraná (figura 1), criado em meados de 1905 e composto por 12 famílias até o ano de 2023, às margens do Parque Nacional do Iguçu e de zona fronteira com a Argentina. A comunidade escolheu o nome de Apepu em referência a um tipo de laranja, abundante na região e utilizada para produzir um doce típico do local. Porém, parte das árvores frutíferas deixaram de pertencer à comunidade após a criação do Parque Nacional em 1939.

Figura 01 – Comunidades Quilombolas em São Miguel do Iguauçu



Fonte: Kurschner (2013).

Segundo Carvalho (2014), para discutir a construção da territorialidade Apepú, partimos de um contexto geral da ocupação da foz do rio Iguauçu para entender as estratégias subsequentes do estado brasileiro em ocupar o oeste paranaense e os métodos utilizados. Essa região, percebida como um “vazio demográfico”, foi apropriada pela expansão da fronteira agrícola dos colonos do Sul, sendo atualmente incorporada à cadeia primária de produção agrícola industrial e do agronegócio. Ao mesmo tempo, silencia-se a diversidade de usos e ocupações das terras do oeste paranaense, incluindo assentamentos rurais, indígenas e quilombolas.

De acordo com a publicação da Superintendência Geral de Diálogo e Interação Social (SUDIS) disponibilizada no site do Governo do Estado do Paraná (2023), “Dona Aurora Correia, filha de Djanira Rafaela e de Florentino Correia, conta que a História da Comunidade está no livro da história de Foz do Iguauçu. Seu pai, Florentino Correia, nascido em 1901, veio ainda criança, antes de 1905, para Apepu com seus pais.”

O surgimento do Quilombo Apepu, tem sua raiz na família de João e Maria Benvida Corrêa da Cruz, migrantes do início do Século XX, afrodescendentes, que percorreram o trajeto de uma estrada recentemente construída pela organização estatal, através do Exército. Instalaram-se à margem dessa estrada, no encontro com o rio Apepu. Fixaram sua posse e, inicialmente,

praticaram a atividade econômica mais rentável daquele momento, a extração da folha de erva-mate. (Colombo, 2021, p. 239).

Um dos aspectos mais notáveis da vida em comunidade fronteiriça é a preservação de sua cultura e identidade. Essa comunidade frequentemente mantém práticas tradicionais de cultivo, apesar das dificuldades que enfrentam para o desenvolvimento de uma lavoura, para a subsistência plantam uma variedade de alimentos e o cultivo de uma horta comunitária que é utilizada para a alimentação da comunidade e também como recurso financeiro a partir da venda das hortaliças. Além da criação de porcos e galinhas.

A Comunidade Negra Rural Apepu possui um Centro Cultural, local este destinado ao artesanato, música e dança que remontam aos tempos dos quilombos originais e onde é realizada a tradicional festa de São João, uma festa importante para os moradores que é aberta para as pessoas de outras localidades. A proximidade com a fronteira muitas vezes reforça essa identidade, criando um ambiente onde a resistência histórica se mantém viva. Contudo, havendo contato com influências externas.

No entanto, a comunidade quilombola Apepu enfrenta numerosos desafios socioeconômicos. A falta de infraestrutura básica, como estradas pavimentadas, pode limitar seu desenvolvimento econômico. Além disso, questões como o acesso à saúde e à educação de qualidade podem ser significativamente prejudicadas pela distância dos centros urbanos e pela negligência governamental. A ausência de políticas públicas eficazes e de investimentos necessários para melhorar as condições de vida acentua a vulnerabilidade da comunidade, dificultando o avanço social e econômico e perpetuando ciclos de pobreza e exclusão. Para superar esses desafios, é essencial que haja um compromisso contínuo e efetivo das autoridades e da sociedade em geral para promover a inclusão e a justiça social.

Assim como Araújo e Filho (2012) argumentam, a preservação dos costumes alimentares e de outras tradições ancestrais não deve ser vista apenas como um ato idílico ou um culto aos antepassados realizados pelas comunidades quilombolas. Essas práticas são, na verdade, a maneira pela qual essas populações tradicionais asseguram sua sobrevivência e continuidade social de forma sustentável. O ambiente e a vida plena da terra que lhes pertence são essenciais para sua existência, sobrevivência e manutenção da comunidade como um território étnico-cultural com

identidade própria. Portanto, essas tradições desempenham um papel fundamental na proteção e na perpetuação da cultura e do modo de vida dessas comunidades.

De acordo com Ferrari (2019, p. 3), “é certo que nenhuma sociedade, seja econômica, política ou social, poderia organizar-se sem limites territoriais, pois as leis que organizam e regem um território nacional carecem de limites.” Questões de território são centrais para a comunidade quilombola, independentemente de sua localização. Em zonas fronteiriças, essas questões podem ser exacerbadas devido a conflitos territoriais com populações vizinhas e desafios legais relacionados ao reconhecimento e à demarcação de terras. A sustentabilidade ambiental também é uma preocupação importante, já que muitas dessas comunidades dependem diretamente dos recursos naturais ao seu redor.

Segundo Albuquerque (2018, p. 299), “nos espaços liminares desse jogo de escalas espaciais e temporais, as identidades locais são processos, relações e situações produzidas na dinâmica entre reivindicações externas e as mudanças internas nesses micros espaços de múltiplas determinações econômicas, políticas, sociais e simbólicas”. Isso fica evidente nas declarações do entrevistado Roberto Correa, que frequentemente menciona seus antecessores, indicando um sentimento de continuidade derivado das memórias dos avós através do uso da medicina tradicional, a culinária e a tradicional festa da comunidade (São João). Esse vínculo serve como uma conexão entre o presente e o passado e como um fator de preservação da comunidade. Quando questionado sobre o pertencimento à comunidade, destacou o papel de seus familiares na construção do espaço.

Para Ferreira (2006), o sentido do termo patrimônio é o da permanência do passado, da necessidade de resguardar, do desaparecimento, algo significativo no campo das identidades. Ao ser perguntado sobre como se define como quilombola, Roberto Correa explica que entende o quilombo como uma comunidade negra e a etnia afrodescendente é o elemento definidor de pertencimento.

Apesar dos desafios, a comunidade quilombola Apepu demonstra uma notável resiliência. Organizações locais e redes de solidariedade ajudam a fortalecer essa comunidade, facilitando iniciativas de desenvolvimento sustentável, educação popular e defesa de direitos humanos. A luta pela titulação de terras quilombolas e o reconhecimento de direitos ancestrais também são fundamentais para garantir a segurança e o bem-estar dessa comunidade no longo prazo.

No cotidiano, como analisa Pires (2023), as pessoas moldam o espaço que habitam e transformam os ambientes naturais, criando uma dinâmica visível na paisagem e em processos sociais mais sutis. O entorno do Parque Nacional do Iguaçu reflete essas dinâmicas, revelando como as áreas adjacentes ao parque influenciam e são influenciadas por essas interações. Este capítulo examina a formação territorial dessa região, começando pela delimitação espacial definida no plano de manejo da unidade de conservação, e prossegue explorando os ambientes e as comunidades que compõem este território de múltiplas territorialidades. O objetivo é oferecer uma visão abrangente que permita compreender a complexidade, a diversidade e as particularidades presentes neste território.

O turismo local desempenha um papel vital para a comunidade quilombola Apepu, proporcionando uma fonte significativa de renda e desenvolvimento econômico. Ao atrair visitantes interessados em conhecer a rica herança cultural, as tradições e os modos de vida quilombolas, a comunidade tem a oportunidade de gerar empregos e estimular o empreendedorismo local. Além do impacto econômico direto, o turismo também promove a valorização e a preservação do patrimônio cultural e natural de Apepu, incentivando a comunidade a manter e revitalizar suas práticas ancestrais. Além disso, o turismo sustentável pode ajudar a fomentar a conscientização sobre a importância da conservação ambiental, reforçando o papel de Apepu na proteção dos ecossistemas locais. Para que o turismo traga benefícios duradouros, é crucial que seja desenvolvido de maneira responsável e inclusiva, garantindo que os ganhos sejam equitativamente distribuídos e que a integridade cultural e ambiental da comunidade seja respeitada.

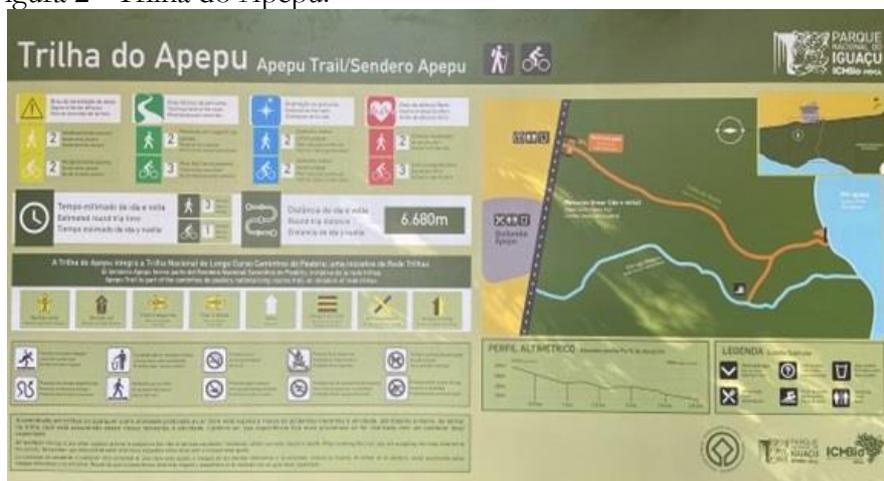
Em visita a comunidade quilombola Apepu, fui recepcionada pelo atual líder Roberto Correa onde tivemos a oportunidade de conversar sobre a relação do quilombo com o Parque Nacional do Iguaçu atualmente. Roberto demonstrou entusiasmo ao citar a inauguração da Trilha Apepu, um projeto conveniado com o ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade). Neste sentido, o filho de Aurora Corrêa, Roberto Correa revela que:

Era uma trilha que no passado fazia parte do Macuco Safari e foi um projeto pouco divulgado, não teve investimento e foi cancelado. A partir disto, entramos nesse processo junto com o ICMBio e tivemos o consentimento de reabrir a trilha, agora ficou aos nossos cuidados e chama-se “Trilha Apepu”, ou seja,

a Trilha Linha Martins não existe mais e espero que daqui para frente possamos organizar e fazer com que dê certo. (Entrevistado: Roberto Correa, 2024).

A Trilha Apepu inicia-se na divisa do quilombo com a floresta do Parque Nacional do Iguaçu e percorre cerca de 3.340 m mata adentro até o Rio Iguaçu, totalizando uma distância de 6.680 m de ida e volta, trajeto este que pode ser realizado de bicicleta ou a pé pelos visitantes (conforme demonstrado na Figura 2). Essas trilhas proporcionam uma imersão na natureza exuberante, com a possibilidade de observar a fauna e a flora locais, além de conhecer de perto o modo de vida tradicional dos moradores da comunidade. Durante o percurso, os visitantes podem aprender sobre as práticas sustentáveis de manejo ambiental adotadas pela comunidade, que visam à preservação dos ecossistemas locais. Além disto, a trilha conta com uma equipe de guias turísticos capacitados para demonstrar e informar sobre as espécies de animais e plantas que podem ser observados durante o percurso.

Figura 2 - Trilha do Apepu.



Fonte: a autora (2024).

Consegui observar que para os moradores da comunidade Apepu, a trilha está ligada à sua capacidade de promover a resiliência cultural e ambiental. Pois promove a conscientização sobre a cultura quilombola e a importância da preservação ambiental, sendo projetada para minimizar

qualquer impacto e preservar os ecossistemas locais, assim sendo a conscientização sobre a cultura quilombola e a importância da preservação ambiental é fundamental para promover um desenvolvimento sustentável e inclusivo. As comunidades quilombolas, com sua rica herança cultural e conhecimento tradicional, oferecem lições valiosas sobre a coexistência harmoniosa com a natureza. Projetos voltados para a conscientização devem enfatizar práticas que minimizem o impacto ambiental e preservem os ecossistemas locais, garantindo que o desenvolvimento econômico e social não comprometa a biodiversidade. Ao valorizar e integrar os saberes quilombolas nas estratégias de conservação, é possível fortalecer a proteção ambiental, promover a justiça social e assegurar a continuidade das tradições culturais para as futuras gerações.

Em suma, a comunidade quilombola Apepu enfrenta desafios únicos devido ao seu isolamento geográfico em uma região remota e de difícil acesso, típica de comunidades quilombolas situadas em áreas fronteiriças. Esse isolamento desempenha um papel dual: por um lado, protege e preserva as tradições culturais ancestrais da comunidade, incluindo práticas agrícolas tradicionais, artesanato e celebrações religiosas. Por outro lado, limita o acesso a serviços essenciais como saúde e educação, e a oportunidades econômicas mais amplas. A criação da Trilha Apepu em parceria com o ICMBio destaca o potencial do turismo local como fonte de renda e conscientização cultural. Apepu demonstra resiliência através de iniciativas como a gestão ambiental das trilhas e a produção agrícola comunitária, fortalecendo sua coesão social e preservando sua rica herança cultural. No entanto, para alcançar um desenvolvimento sustentável pleno, é crucial o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas inclusivas que considerem as necessidades específicas das comunidades quilombolas em zonas fronteiriças, abordando infraestrutura, acesso a serviços básicos e oportunidades econômicas.

Refletindo sobre futuras políticas públicas voltadas para a comunidade Apepu, utilizando os perímetros do parque ocupados pelas famílias engajadas na produção em pequena escala e em práticas agroecológicas podem criar áreas com maior diversidade biológica e social, promovendo maior crescimento econômico, aumentando a renda e a diversidade de serviços próximos, mas sem urbanizar essas áreas, formando áreas rurais com infraestrutura e motivando as pessoas a permanecerem no campo, melhorarem sua qualidade de vida e valorizarem seu trabalho. Numa perspectiva possível, estratégias integradas como práticas sociais e agrícolas de agroecologia poderiam orientar a ocupação desses perímetros

como um eixo de desenvolvimento rural agroecológico, o que também poderia integrar o turismo relacionado ao Parque Nacional do Iguaçu e à linha de cultura local.

## Considerações Finais

A comunidade quilombola Apepu, situada em São Miguel do Iguaçu, Paraná, próxima ao Parque Nacional do Iguaçu e na fronteira com a Argentina, personifica a resiliência e a vitalidade das comunidades quilombolas no Brasil. Ao longo deste estudo, exploramos os desafios enfrentados por essas comunidades em zonas fronteiriças, bem como suas estratégias de resistência e adaptação.

A comunidade quilombola Apepu, desempenha um papel crucial na preservação da história, cultura e tradições afro-brasileiras. Através de sua resistência e resiliência, os moradores da Apepu mantêm vivas práticas culturais e sociais que remontam aos tempos de seus ancestrais, proporcionando um exemplo vivo da luta pela igualdade e justiça social. Além disso, a comunidade tem um impacto significativo na proteção do meio ambiente, promovendo a sustentabilidade e a conservação da biodiversidade local. Reconhecer e apoiar a importância de comunidades como a quilombola Apepu é essencial para garantir a diversidade cultural e a inclusão social, além de reforçar o compromisso com os direitos humanos e a valorização das contribuições afro-brasileiras para a sociedade.

Apepu, cujo nome deriva de uma variedade de laranja abundante na região, tem uma história marcada pela luta pela terra e pela preservação de suas tradições culturais. Fundada por descendentes de africanos escravizados que encontraram refúgio e autonomia em terras próprias, a comunidade enfrentou e continua a enfrentar obstáculos significativos. Desde a falta de infraestrutura básica até o acesso limitado a serviços essenciais como saúde e educação de qualidade, os quilombolas de Apepu perseveram contra todas as adversidades.

No entanto, a resiliência da comunidade Apepu é claramente evidenciada em suas práticas sustentáveis de cultivo, que garantem a preservação dos recursos naturais e a manutenção de um equilíbrio ecológico essencial para sua sobrevivência. Além disso, a preservação do Centro Cultural, onde são celebradas tradições ancestrais como a festa de São João, demonstra o comprometimento da comunidade com a

valorização e transmissão de sua herança cultural. A organização comunitária também desempenha um papel crucial, fortalecendo a coesão social e promovendo uma estrutura coletiva que apoia a autonomia e o desenvolvimento sustentável da comunidade. Essas práticas não apenas asseguram a continuidade das tradições e a proteção ambiental, mas também reforçam a identidade e a coesão social de Apepu.

A proximidade com a fronteira com a Argentina amplifica tanto os desafios quanto às oportunidades para a Apepu, a localização remota protege suas tradições culturais e cria obstáculos adicionais. No entanto, essa mesma localização estratégica pode ser vista como uma vantagem, oferecendo à comunidade oportunidades únicas de intercâmbio cultural e cooperação transfronteiriça.

A importância do reconhecimento das comunidades quilombolas como Apepu vai além das fronteiras nacionais. É crucial que essas comunidades sejam valorizadas e apoiadas tanto em políticas públicas quanto na esfera internacional, para que possam continuar a desempenhar seu papel vital na preservação da diversidade cultural do Brasil e na promoção de uma sociedade mais inclusiva e justa.

Em suma, o estudo da resiliência da comunidade quilombola Apepu em zona fronteiriça oferece *insights* profundos sobre a capacidade humana de adaptação e resistência. Suas experiências nos ensinam não apenas sobre os desafios enfrentados por comunidades marginalizadas, mas também sobre a importância de promover o desenvolvimento sustentável e a justiça social em todas as áreas fronteiriças onde essas comunidades preciosas estão enraizadas.

Este trabalho não apenas reforça a necessidade de proteger e apoiar as comunidades quilombolas como a Apepu, mas também incentiva futuras pesquisas e ações que promovam a valorização de suas histórias, tradições e direitos dentro e fora do Brasil. Ao destacar a importância dessas comunidades na preservação da cultura afro-brasileira e na contribuição para a diversidade sociocultural, este estudo serve como um chamado à ação para acadêmicos, legisladores e a sociedade em geral. É essencial que políticas públicas sejam implementadas para garantir a sustentabilidade e o desenvolvimento dessas comunidades, ao mesmo tempo em que se fomenta um maior reconhecimento e respeito por suas contribuições históricas e culturais.

## Referências

ALBUQUERQUE, J. L. C. Identidades em territórios de fronteira: Os casos de Ceuta e Gibraltar na fronteira entre a África e a Europa. *Civitas*, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 285-302, maio-ago. 2018. Acesso em: 22 jul. 2024.

ALMEIDA, A. W. B. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). **Quilombos identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV; ABA, 2002. Acesso em: 24 jun. 2024.

ARAÚJO, M. do S. G. de; FILHO, D. L. L. Cultura, trabalho e alimentação em comunidades negras e quilombolas do Paraná - DOI 10.5216/ag.v6i3.21060. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 6, n. 3, p. 113–131, 2012. DOI: 10.5216/ag.v6i3.21060. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/21060>. Acesso em: 30 jul. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 2016.

CARVALHO, L. M. APEPÚ: um Território Quilombola no Oeste do Paraná. 2014. 44 f. Trabalho de Conclusão de Curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2014. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/5882>. Acesso em: 24 jun. 2024.

**Certificação Quilombola**. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/departamentos/protecao-preservacao-e-articulacao/certificacao-quilombola>. Acesso em: 3 set. 2024.

COLOMBO, L. O. A origem do quilombo Apepu e a questão fundiária. **Revista Projectare**, edição v. 1 n. 11. 2021. Disponível em: [periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Projectare/article/view/21474](http://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Projectare/article/view/21474). Acesso em: 22 jul. 2024.

CORREA, Roberto. **Entrevista** concedida à Ana Caroline Alves da Cunha Dozzo em 20/julho/2024, São Miguel do Iguaçu.

FERRARI, M. Como pensar a identidade nacional em zonas de fronteira? uma análise a partir de dois conjuntos de cidades gêmeas Brasileiro-Argentinas. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 39, p. 1–18, 2019. Acesso em: 22 jul. 2024.

FERREIRA, M. L. M. Patrimônio: discutindo alguns conceitos. **Diálogos**, 10(3), 79 - 88. 2006. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/38967>. Acesso em: 02 set. 2024.

FREITAS, D. A. *et al.* Saúde E Comunidades Quilombolas: Uma Revisão Da Literatura. **Rev. CEFAC**. 2011 Set-Out; 13(5):937-943. Acesso em: 15 jul. 2024

KURSCHNER, Sheila Stela. Diversidade étnica e cultural no município: comunidade quilombola. Disponível em: <http://emmanuel-sheila.blogspot.com.br/2013/11/diversidade-etnica-e-cultural-no.html>. Acesso em: 12 jul. 2024.

MEZZOMO, F.; SEMPREBOM, R. **Experiências da escravidão e formação de comunidades quilombolas no Paraná**. Sociedade e Cultura, Goiânia, v. 16, n. 1, p. 10.5216/sec.v16i1.28221, 2014. DOI: 10.5216/sec.v16i1.28221. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/28221>. Acesso em: 30 jul. 2024.

PARANÁ. **Comunidade Quilombo Apepu em São Miguel do Iguaçu Pr**. PR.GOV.BR, 2023. Disponível em: [www.sudis.pr.gov.br/Noticia/Comunidade-Quilombo-Apepu-em-Sao-Miguel-do-Iguacu-Pr](http://www.sudis.pr.gov.br/Noticia/Comunidade-Quilombo-Apepu-em-Sao-Miguel-do-Iguacu-Pr). Acesso em: 22 jul. 2024.

PIRES, C. G. Conhecendo Histórias De Um Paraná Negro: A Comunidade Quilombola Apepu. 2017: **Revista Unila Extensão e Cidadania** - Temática: Educação das Relações Étnico-Raciais. Disponível em: Vista do Edição Completa ([unila.edu.br](http://unila.edu.br)). Acesso em: 10 jul. 2024.

PIRES, Fernando Carneiro. **Desenvolvimento Territorial no Entorno do Parque Nacional do Iguaçu**. 2023. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/7648>. Acesso em: 30 jul. 2024.

SILVA, A. R. F. Políticas Públicas Para Comunidades Quilombolas: uma luta em construção. **Revista de Ciências Sociais**, n° 48, janeiro/junho de 2018, p. 115-128. Acesso em: 15 jul. 2024